



Opinião Econômica

Marcos de Vasconcellos

Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado



Por que a democracia brasileira não morreu?

Livro recém-publicado faz interpretação neoinstitucionalista do sistema político brasileiro

Os autores apresentam a interpretação neoinstitucionalista do funcionamento do sistema político brasileiro e, em seguida, investigam dois momentos: o impedimento da presidente Dilma e os riscos de retrocesso democrático com Bolsonaro. O livro termina com uma análise do terceiro mandato de Lula.

Os autores argumentam que o presidencialismo multipartidário brasileiro tem diversas instâncias decisórias com poder de veto: Congresso muito fragmentado, fruto de voto proporcional em distritos grandes; bicameral; uma Constituição Federal muito detalhada; a Suprema Corte tem inúmeras atribuições e forte poder de revisão legislativa; três níveis da Federação, entre outras.

Para contrabalançar a dificuldade decisória, a solução foi dotar a presidência da República de in-

meros instrumentos, tais como: medida provisória; grande espaço para vetos; e papel central na confecção do orçamento e na execução da parte discricionária.

Finalmente, para que uma presidência muito forte não decaia em tirania, a Constituição Federal legou inúmeros poderes para os órgãos de controle: Judiciário, Ministério Público, Supremo Tribunal Federal, tribunais de conta etc. Esses órgãos, conjuntamente com uma imprensa livre e vigilante, constroem arroubos iliberais da presidência da República.

A presidência da República tem dois tipos de instrumentos para passar a sua agenda no Congresso Nacional: compartilhar poder em torno de um programa de governo; e o varejo, isto é, liberação de emendas.

Em trabalho anterior, os autores mostram que presidentes que

compartilham mais o governo empregam com menos intensidade o varejo. Isto é, os dois instrumentos de gestão da coalização são substitutos e não complementares.

A interpretação dos autores do impedimento da Dilma contrasta com a de Fernando Limongi, resenhada aqui na coluna de 20 de maio de 2023.

Marcus André e Carlos consideram que o quarteto comum a processos de impedimento de presidentes povo na rua, crise econômica, escândalo de corrupção e perda de apoio no Congresso também explica o impedimento da presidente.

A tentativa de silenciar a Operação Lava Jato, que de fato ocorreu, reconhecem os autores, desempenhou, no entanto, papel secundário. Nesse sentido, e divergindo frontalmente de Limongi, para os autores, o impe-

dimento de Dilma acompanhou o livro-texto.

A explicação dos autores para a sobrevivência da democracia entre nós em tempos polarizados tem duas partes. Na primeira, documentam que casos de recessão democrática são muito mais incomuns do que o sugerido pelo alvoroço do debate público. O surpreendente seria se nossa democracia sucumbisse.

Na segunda parte, focam o desenho institucional. Nosso sistema político altamente "consociativo", isto é, com inúmeros pontos de vetos, dificulta muito qualquer aventura autoritária. No caso específico de Bolsonaro, o STF desempenhou papel importantíssimo, descrito em detalhe, mas também o Legislativo defendeu a democracia. Bolsonaro não conseguiu aprovar nenhuma legislação que enfraquecesse o STF.

O livro termina argumentando que as dificuldades de Lula 3 se devem menos ao enfraquecimento da presidência da República que, de fato ocorreu nos últimos anos, e mais às dificuldades de gestão dos governos petistas.

Em função da distância ideológica entre o partido do presidente e a ideologia média do Congresso Nacional, as administrações petistas compartilham pouco o governo e, portanto, empregam excessivamente o varejo, com todas as instabilidades que seguem dessa opção de gestão.

Toda a análise do livro está amplamente calcada na literatura acadêmica da ciência política e tem um tom descritivo, e não normativo, em que pese certo otimismo dos autores sobre a funcionalidade de nosso sistema político. Leitura mais do que recomendada.

PROGRAMA
banrisul
reconstruir RS

NÓS VAMOS
RECONSTRUIR JUNTOS.

O Banrisul acredita na tua força e no futuro de todos os gaúchos.

banrisul
Um banco único.
Porque te entende.



Transformadores gaúchos de plástico defendem isonomia com Zona Franca de Manaus

/ PETROQUÍMICA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Os produtores gaúchos de plástico, que já criticavam a desigualdade de concorrência com os artigos oriundos da Zona Franca de Manaus, viram o cenário se agravar com as recentes enchentes que atingiram o Estado. O presidente do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado do Rio Grande do Sul (Sinplast-RS), Gerson Haas, defende que igualar no Estado os benefícios tributários concedidos no Norte do País agilizará a recuperação do setor.

“O Rio Grande do Sul deveria ter hoje o benefício da Zona Franca de Manaus, que fosse por dois ou três anos, que todo mundo se reergueria sozinho”, reforça o dirigente. Ele estima que, atualmente, a vantagem tributária dos artigos naquela região é de quase 40% em comparação aos produtos fabricados em solo gaúcho.

Entre os benefícios concedidos na zona franca, o representante do Sinplast-RS cita a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na venda, com crédito presumido para os adquirentes de materiais, além da importação com preços muito atrativos e novamente com vantagens tributárias, que o restante do País não possui. Haas confirma que foi um número muito grande de empresas gaúchas impactadas com as recentes cheias.

De acordo com dados da Receita Estadual, dos 2,3 mil estabelecimentos do setor de plástico, 94% estão em municípios afetados (60% em calamidade e 34% em emergência). Essas empresas respondem por 95% da arrecadação do segmento e desse total de companhias, 17% estão em áreas que foram inundadas.

O presidente do Sinplast-RS assinala que há vários transformadores de plásticos que atuam nas regiões Metropolitana de Porto Alegre, da Serra e nos Vales do Ta-



Várias empresas do segmento foram afetadas pelas enchentes que tomaram o Rio Grande do Sul em maio

quari, Rio Pardo e Caí, que foram duramente afetados pelas enchentes. Haas salienta que, além de várias unidades que sofreram alagamentos, muitos funcionários das companhias transformadoras de plásticos tiveram suas vidas impactadas pelas cheias.

Para o dirigente, a velocidade da retomada do segmento ainda é

lenta. Um fator que ele considera essencial para acelerar essa recuperação é agilizar a liberação de linhas de financiamento anunciadas pelo poder público. “As empresas têm extrema necessidade de financiamento. Isso é muito importante para o recomeço dessas companhias que tanto perderam”, reitera.

Durante as enchentes, Haas frisa que a utilidade dos produtos plásticos foi ressaltada. Ele lembra que o próprio Sinplast-RS forneceu itens aos desabrigados como marmiteix (para alimentação), copos e talheres descartáveis, vasilhames com água, plásticos para proteção contra umidade, entre outros artigos.